

ENVAI PARTICIPAÇÕES S.A.
NIRE – 32300043909 de 24/08/2022
CNPJ – 47.703.508/0001-10

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO, ENVAI PARTICIPAÇÕES S.A., REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2025, NA FORMA ABAIXO:

1. DATA/HORA E LOCAL - Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de 2025, às nove horas, na sede da Empresa na Avenida Danilo Monteiro de Castro, n.º 816 – Sala H – Centro - Iconha/ES., CEP 29280-000.

2.CONVOCAÇÃO - Foi dispensada a publicação dos avisos previstos no art. 133 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei n.º 6.404/76), tendo em vista a presença de todos os acionistas, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76.

3.PRESENÇA – Compareceram os acionistas: Lindor Paganini, CPF n.º. 562.119.107-20, Heider Fortuna Paganini, CPF número 091.966.397-41, Brianna Fortuna Paganini, CPF n.º 089.379.027-37, conforme assinaturas no Livro de Presença n.º 01, à folha 004, representando a totalidade do Capital Social (100%), sendo alcançado, portanto, o quórum para a efetivação da Assembleia.

4.COMPOSIÇÃO DA MESA – Presidiu a Assembleia o Sr.Lindor Paganini – Diretor Presidente – e nomeada para secretariar os trabalhos a Sra. Marcia Aparecida Trivisani Biancardi.

5.ORDEM DO DIA –(I) Tomar as contas, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. (II) Deliberar sobre a integralização da constituição do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) ao Capital Social da Sociedade e aumento do capital social. (III) Eleição dos membros da Diretoria para o triênio de 2025/2027, que se estenderá até a primeira Assembleia Ordinária de 2028.

6.DELIBERAÇÕES – Dando início aos trabalhos, o Presidente da mesa esclareceu que a ata da assembleia seria lavrada em forma sumária, contendo apenas a transcrição das deliberações, conforme faculdade conferida pelo art. 130, § 1º da Lei n.º 6.404/76. Informou, ainda, que documentos ou propostas, declarações de voto ou dissidências sobre a matéria a serem deliberadas deveriam ser apresentadas por escrito à Mesa que, para esse fim, seria apresentada pela secretária a Assembleia.

Examinada e debatida as matérias constantes da Ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas:

6.1. Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia conforme deliberações da ordem do dia:

6.1.1. Foi realizada a leitura e análise do balanço e das demonstrações de resultados findos em 31 de dezembro de 2024, logo após postos em votação e aprovados por unanimidade pelos acionistas.

6.2. Seguindo a ordem do dia ficou aprovado que o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme apurado em 31 de dezembro de 2024, na conta contábil 23140 – AFAC - Adto. Fut. Aumento Capital, no valor de R\$753.916,37 (setecentos e cinquenta e três mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), será integralizado ao capital social, obedecendo a distribuição de ações de acordo com o percentual participante de cada acionista, sendo integralizado no ato da assinatura e homologação do presente contrato pela Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Ficou aprovado, também, a integralização do valor de R\$83,63(oitenta e três reais e sessenta e três centavos) em moedas correntes Nacional, no ato da homologação da presente Ata de Assembleia Ordinária pela Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, sendo integralizado ao capital social pelos acionistas, respeitando o percentual de suas participações.

O total do capital social integralizado é de R\$2.539.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil reais), dividido em 2.539.000 (dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil) ações, ficando distribuído conforme o anexo I.

6.3. Seguindo a pauta do edital de convocação, iniciou, então, à eleição da Diretoria para o triênio 2025/2027, composta na forma de seu Estatuto, e eleitos: Diretor Presidente o Sr. LINDOR PAGANINI, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado na residente e domiciliado na Av. Anchieta, s/nº, apt. 202 - Centro - Iconha/ES, CEP: 29.280-000, portador da Carteira de Identidade nº. 199.690 – SSP/ES, inscrito no CPF sob nº. 562.119.107-20; como Diretor Executivo o Sr. HEIDER FORTUNA PAGANINI, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 01547840915/ DETRAN/ES e CPF sob o número 091.966.397-41, residente e domiciliado na Av. Anchieta, s/n – Centro - Iconha – ES, CEP: 29.280-000; e como Diretora sem designação a Srta. BRIANNA FORTUNA PAGANINI, brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade n.º 1.747.384/SSP/ES e CPF sob o n.º 089.379.027-37, residente e domiciliado na Av. Anchieta, s/n, apt. 202 – Centro - Iconha – ES, CEP: 29.280-000.

6.3.1 Declaram, os diretores eleitos, sob as penas da Lei, não estarem impedidos de exercer atividades empresariais.

6.3.2 Fica aprovada a remuneração dos membros da Diretoria em R\$1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais), corrigido pelo mesmo índice de correção do salário-mínimo.

6.4. Aprovar a consolidação do Estatuto Social, na forma do Anexo II, o qual será arquivado na sede social da empresa e perante a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, ficando, porém, dispensada a sua publicação.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA - Terminado os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, o Presidente encerrou a Assembleia,

sendo, pela Secretária lavrada a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. Lindor Paganini – Diretor Presidente; e, Marcia Aparecida Trivisani Biancardi– Secretária.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Iconha, 24 de Junho de 2025.

Assinaturas dos presentes.

Lindor Paganini
Diretor Presidente

Marcia Aparecida Trivisani Biancardi
Secretária

Heider Fortuna Paganini
Diretor Executivo

Brianna Fortuna Paganini
Diretora sem designação

ANEXO I

ENVAI PARTICIPAÇÕES S.A
NIRE – 32300043909 de 24/08/2022
CNPJ – 47.703.508/0001-10

Capital social subscrito e integralizado	
Espécie de ação	Quantidade
Ordinária nominativa	2.539.000,00

Nome e qualificação do acionista subscritor	Quantidade de ações	Valor total	Assinatura do subscritor
Lindor Paganini , brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º 199.690 – SSP/ES, inscrito no CPF sob n.º 562.119.107-20, residente e domiciliado na Av. Anchieta, s/n.º, apt. 202 - Centro - Iconha/ES, CEP: 29.280-000.	2.488.220	R\$2.488.220,00	
Heider Fortuna Paganini , brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 01547840915/ DETRAN/ES e CPF sob o número 091.966.397-41, residente e domiciliado na Av. Anchieta, s/n – Centro - Iconha – ES, CEP: 29.280-000.	25.390	R\$25.390,00	
Brianna Fortuna Paganini , brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade n.º 1.747.384/SSP/ES e CPF sob o n.º 089.379.027-37, residente e domiciliado na Av. Anchieta, s/n, apt. 202 – Centro - Iconha – ES, CEP: 29.280-000.	25.390	R\$25.390,00	

Iconha/ES, 24 de junho de 2025.

Lindor Paganini

Heider Fortuna Paganini

Brianna Fortuna Paganini

ANEXO II

ENVAI PARTICIPAÇÕES S.A

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º. – DENOMINAÇÃO SOCIAL – SEDE e FORO:

A sociedade denomina-se “ENVAI PARTICIPAÇÕES S.A”, ficando eleito o foro de Iconha – ES, tendo sua sede localizada na Avenida Danilo Monteiro de Castro, nº 816, sala H – Centro - Iconha - ES, CEP 29280-000, regendo-se o presente estatuto pelos ditames da lei nº. 6.404/76.

§ único: A sociedade poderá abrir filiais, agências, escritórios e ou qualquer outra dependência em qualquer parte do território nacional.

Art. 2º. – OBJETO SOCIAL:

O objeto social é de participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista; a atividade de Holdings de instituições não-financeiras. CNAE 6462 - 0/00.

Art. 3º. – PRAZO DE DURAÇÃO:

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 4º. – CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social totalmente subscrito e integralizado pelos sócios no ato de assinatura do presente instrumento é de R\$ 2.539.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil reais), divididos em 2.539.000 (dois milhões, quinhentas e trinta e nove mil) ações, sem valor nominativo.

§ 1º - A propriedade das ações da sociedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de “Registro de Ações Nominativas”.

§ 2º - Não serão emitidos certificados de ações, títulos múltiplos de ações ou cautelas que as representem.

§ 3º - Cada ação ordinária terá direito a um voto em assembleia.

§ 4º - Às ações ordinárias será distribuído o dividendo obrigatório, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) quota destinada à constituição de reserva legal; (b) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e

lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

§ 5º - A Assembleia poderá deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente.

§ 6º - O dividendo mínimo fixado no presente Estatuto, não será devido no(s) exercício(s) social(is) em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, tudo de conformidade com as normas previstas no art. 202 e seus parágrafos, da Lei 6.404, de 15.12.1976, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303, de 31.10.2001.

Artigo 5º - Os acionistas terão direito de preferência para a subscrição das ações e outros títulos mobiliários de emissão da Companhia, na proporção do número e espécie de ações que possuírem, observado o disposto no presente Estatuto e no Artigo 171 da Lei 6.404, de 15.12.1976, com as alterações introduzidas pela Lei 9.457, de 05.05.97.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º - A Assembleia Geral é órgão superior da sociedade, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento da sociedade, sendo convocada, instalada e realizada para os fins e na forma prevista em lei, tomando-se as deliberações com o quórum legalmente previsto.

Artigo 7º - Compete privativamente à Assembleia Geral:

I - reformar o estatuto social;

II - autorizar a emissão de partes beneficiárias;

III - deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

IV - deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

V - suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou pelo Estatuto;

VI - eleger ou destituir Diretores e/ou Conselheiros de Administração;

VII - fixar a remuneração dos Diretores e/ou Conselheiros de

Administração;

VIII - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho Fiscal;

IX - fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal;

X - tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

XI - deliberar sobre a elevação do limite do capital autorizado.

Artigo 8º - A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor-Presidente, o qual comporá a mesa, convidando um dos participantes, acionista ou não, para secretariar os trabalhos.

Artigo 9º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão lavrados em ata e em livro próprio, assinada pelos membros da mesma e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

Artigo 10º - Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, a Assembleia Geral se reunirá ordinariamente para decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei.

Artigo 11 - A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 12 - A administração da sociedade será exercida pela Diretoria.

§ 1º - A Assembleia Geral fixará a remuneração individual dos diretores.

Artigo 13 - A Diretoria será constituída por dois diretores, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor-Executivo, e terá participação ainda de um Conselheiro de Administração.

Artigo 14 - A eleição dos diretores e conselheiros de administração será realizada por todos os sócios presentes na Assembleia Geral Ordinária subsequente ao fim de um mandato, de modo que cada ação corresponde a 1 (um) voto, sendo eleito aquele que obtiver a maioria simples dos votos.

Artigo 15 - É de 3 (três) exercícios anuais o mandato da Diretoria, considerando-se o exercício anual o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, podendo seus membros serem reeleitos ou destituídos, a qualquer tempo, permanecendo em exercício até a posse de seus sucessores.

Parágrafo único - Os Diretores e Conselheiros de Administração ficam dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão e serão empossados mediante termo de posse lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria", dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição.

Artigo 16 - Compete tanto ao Diretor-Presidente quanto ao Diretor-Executivo, a execução dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, dentre outros, os seguintes:

- a) coordenar o andamento das atividades normais da Sociedade;
- b) zelar pela observância da lei e deste Estatuto;
- c) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais;
- d) administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
- e) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da sociedade;
- f) emitir e aprovar regulamentos internos que julgar úteis e necessários

Parágrafo único - Em caso de divergência entre os Diretores, prevalecerá o que determinar o Diretor-Presidente.

Artigo 17 - A representação da Sociedade, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais, municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, será sempre efetuada por uma das seguintes formas:

- a) pela assinatura isolada do Diretor-Presidente ou do Diretor-Executivo;
- b) a assinatura conjunta de um procurador devidamente constituído, com poderes específicos.

Parágrafo único - Os mandatos serão sempre outorgados para fins específicos e por prazo determinado, não excedente a um ano, salvo os que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicium*.

Artigo 18 - É vedado aos Diretores ou seus procuradores o uso ou emprego do nome da sociedade, em quaisquer atos estranhos ao objeto dos negócios sociais, especialmente em avais ou fianças.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 19 - O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização da sociedade; não terá funcionamento permanente e será instalado pela Assembleia Geral somente nos casos previstos em lei.

§ 1º - O conselho será formado e funcionará a partir dos ditames da lei 6.404/76.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDOS

Artigo 20 - O exercício social coincidirá com o ano civil, podendo ser levantados, além do anual, balanços semestrais ou de menor periodicidade.

Artigo 21 - Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

§ 1º - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O saldo assim apurado constitui o lucro líquido.

§ 2º - Do lucro líquido do exercício, apurado de conformidade com o *caput* e o parágrafo 1º deste artigo, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.

§ 3º - A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social subscrito.

Artigo 22 - Os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado, depois de efetuadas as deduções previstas no Parágrafo 6º do Artigo 5º do presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º - O saldo restante do lucro líquido do exercício, depois de deduzidas as participações e a parcela destinada à reserva legal, ficará à disposição da Assembleia Geral que estudará e deliberará sobre sua destinação.

Parágrafo 2º - Os dividendos serão pagos à pessoa que, na data do ato da declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação.

Parágrafo 3º - No cálculo do valor a ser distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório e/ou mínimo, com base no lucro líquido do exercício, serão compensados os valores dos dividendos que tenham sido antecipados no exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio imputados a dividendos.

Parágrafo 4º - Os dividendos serão pagos no prazo de até 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 23 - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos “*pro rata*” dia, subsequente ao da realização do capital.

Artigo 24 - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da sociedade.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 25 - Os casos omissos ou não regulados pelo presente Estatuto, serão resolvidos de conformidade com o que dispuser a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e demais leis aplicáveis.

Artigo 26 - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar a sua forma e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período de liquidação.

Artigo 27 - Elege-se para a diretoria as seguintes pessoas:

Diretor Presidente:

a) **LINDOR PAGANINI**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da Carteira de Identidade nº. 199.690 – SSP/ES, inscrito no CPF sob nº. 562.119.107-20, residente e domiciliado na Av. Anchieta, s/nº, apt. 202 - Centro - Iconha/ES, CEP: 29.280-000.

Diretor Executivo:

b) **HEIDER FORTUNA PAGANINI**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 01547840915/ DETRAN/ES e CPF sob o número 091.966.397-41, residente e domiciliado na Av. Anchieta, s/n – Centro - Iconha – ES, CEP: 29.280-000.

Diretora sem designação

c) **BRIANNA FORTUNA PAGANINI**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade n.º 1.747.384/SSP/ES e CPF sob o n.º 089.379.027-37, residente e domiciliado na Av. Anchieta, s/n, apt. 202 – Centro - Iconha – ES, CEP: 29.280-000

Parágrafo Primeiro: Os diretores são eleitos para exercerem o mandato correspondente ao triênio 2025/2027 e que poderá se estender até a primeira assembleia geral ordinária de 2028.

Parágrafo Segundo: Os eleitos declaram não ter qualquer impedimento legal para o exercício desta função, sob as penas da lei.

Iconha, 24 de junho de 2025.

Lindor Paganini

Heider Fortuna Paganini

Brianna Fortuna Paganini



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ENVAI PARTICIPACOES S.A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08937902737	
09196639741	
56211910720	
00771227710	